Câmara Municipal
APROVADO
15/09/2025
São Francisco do Guaporé

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº. 28 / 2025

Assunto: Levantamento para ressarcimento aos profissionais da educação que receberam benefício de acordo com o artigo 59 da Lei Complementar nº.047/2015, que concedeu aos Professores Nível Médio, uma remuneração atribuída como piso do magistério público no valor de 5%, e aos Professores Nível Superior, uma remuneração atribuída como piso do magistério público no valor de 7%.

Autor: Marcio Magalhães;

Requerido: Executivo Municipal;

Indico à Mesa Diretora desta Augusta Câmara Municipal, que depois de ouvido o Douto Plenário, com supedâneo no Regimento Interno deste Corpo Colegiado, a APROVAÇÃO desta INDICAÇÃO e o posterior providência do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, esta indicação que solicito para que seja feito um levantamento do artigo 59 da Lei Complementar nº.047/2015, que concedeu aos Professores Nível Médio, uma remuneração atribuída como piso do magistério público no valor de 5%, e aos Professores Nível Superior, uma remuneração atribuída como piso do magistério público no valor de 7%. Sendo que esse valor concedido pela Lei nunca foi pago aos nossos professores que ingressaram nesse período, sendo revogado no ano de 2021, por isso, peço que seja feito um levantamento para fazer o ressarcimento a todos os profissionais que ingressaram nesse período, com suas devidas correções.

Justificativa

A justificativa para a indicação é a necessidade de corrigir essa falha, promovendo o ressarcimento aos profissionais afetados, com as devidas correções monetárias, para garantir justiça e o cumprimento dos direitos trabalhistas desses servidores.

1. **Base Legal e Direito Adquirido**: O artigo 59 da Lei Complementar nº 047/2015 estabeleceu um benefício financeiro aos professores, com percentuais específicos de aumento no piso salarial (5% para nível médio e 7% para nível superior). Durante o período em que a lei esteve em vigor, os professores que ingressaram tinham o direito de receber esses valores. A não implementação desse dispositivo configura uma violação de direito adquirido, o que justifica a necessidade de um levantamento para identificar os profissionais afetados e garantir o pagamento retroativo.

2. **Revogação da Lei em 2021**: A indicação aponta que a lei foi revogada em 2021, mas isso não anula a obrigação do município em relação aos direitos gerados enquanto a lei estava em vigor. A revogação de uma lei não extingue os direitos adquiridos anteriormente, conforme princípio jurídico consagrado no ordenamento brasileiro (art. 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Assim, o levantamento solicitado é essencial para apurar o período exato de vigência e os beneficiários que não receberam o devido pagamento.

3. **Ressarcimento com Correções Monetárias**: A solicitação de ressarcimento com correções monetárias visa reparar o prejuízo financeiro sofrido pelos professores, considerando a desvalorização da moeda ao longo do tempo. Isso está alinhado com o princípio da reparação integral, previsto no direito civil brasileiro, que busca restabelecer a situação financeira dos prejudicados como se o pagamento tivesse sido feito na época devida.

4. **Justiça Social e Valorização do Magistério**: A indicação reflete a preocupação com a valorização dos professores, uma categoria essencial para o desenvolvimento educacional e social do município. A correção dessa falha administrativa reforça o compromisso com a justiça social e o reconhecimento do trabalho docente, além de cumprir com obrigações legais e éticas do poder público.

5. **Procedimento Administrativo**: O pedido de levantamento é um passo inicial e necessário para identificar os professores atingidos, calcular os valores devidos e planejar o ressarcimento. Esse procedimento demonstra responsabilidade fiscal e administrativa, garantindo que o processo seja conduzido de forma transparente e equitativa.

Portanto, a indicação é justificada pela necessidade de corrigir uma injustiça cometida contra os professores, assegurar o cumprimento de uma lei que vigorou no passado e promover a reparação financeira devida, com base em princípios legais, éticos e de valorização profissional. A solicitação de um levantamento detalhado é um meio adequado para iniciar esse processo, garantindo que todos os profissionais afetados sejam contemplados de forma justa.

GEFERSON DOS SANTOS
VEREADOR
Assinatura Digital

ALESSANDRA VARELO DE BRITO
VEREADORA
Assinatura Digital

AGNIELDE BENICI ADORNO
VEREADOR
Assinatura Digital

BRAZ CARLOS CORREIA
VEREADOR
Assinatura Digital

ELIAS ANDRADE DE LIMA
VEREADOR
Assinatura Digital

JORGE HONORATO DE SOUZA
VEREADOR
Assinatura Digital

Sala das Sessões, 11 de Setembro de 2025.

MARCIO SOUZA MAGALHÃES
VEREADOR
Assinatura Digital
ICP Brasil – Certificado PF A1 / Assinado Digitalmente – Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO

MÁRCIO DOMINGOS DOS SANTOS
VEREADOR
Assinatura Digital

EBER LOPES REIS
VEREADOR
Assinatura Digital